



Desenvolvimento agrícola e segurança alimentar em Programas de Alimentação Escolar: os casos do PNAE (Brasil) e GSFP (Gana)

Agricultural development and food security in School Food Programs: the case of PNAE (Brazil) and GSFP (Gana)

RITA INÊS PAETZOLD PAULI | rita.pauli@gmail.com
Professora Associada DERI (UFSM).

KELEN STEINDORFF | steindorff.kelen@gmail.com
UFSM - pesquisadora e bacharel em Ciências Econômicas.

ROBERTO GEORG UEBEL | roberto.uebel@ufrgs.br
Doutorando do Curso de Relações Internacionais – UFRGS.

SIBELE VASCONCELOS DE OLIVEIRA | sibele.ufsm@gmail.com
Professora do DERI e Pós-Graduação da UFSM.

ALEXANDRE TROIAN | xtroian@gmail.com
Doutorando UFPEL.

Recebimento do artigo Julho de 2017 | **Aceite** Outubro de 2017

Resumo A ação do Estado na consolidação dos mercados institucionais tem possibilitado a superação de mazelas sociais, tais como a fome e a pobreza. À luz dos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), analisam-se as experiências do Brasil e de Gana no âmbito da promoção de políticas públicas, através da avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do *Ghana's School Feeding Programme* (GSFP). A metodologia combina elementos da pesquisa exploratória, descritiva e revisão bibliográfica. Em síntese, os referidos programas buscam promover melhorias na alimentação escolar e gerar efeitos sinérgicos na produção e na ampliação de mercados para os agricultores familiares. Apesar dos avanços na acessibilidade alimentar, a produção interna de alimentos em Gana é um gargalo para garantir a soberania alimentar. No Brasil, muitos municípios, especialmente das regiões mais pobres do país, não têm conseguido atender à legislação vigente. Atualmente, o principal desafio brasileiro é superar o quadro de incerteza política e fragilidade econômica. A cooperação Sul-Sul pode ser um dispositivo para ampliar a efetividade do GSFP por combinar tecnologia social utilizada no Brasil às estruturas tradicionais de Gana. **Palavras-Chave** Segurança alimentar; Política pública; Mercados institucionais.

Abstract The study aims to analyze the National School Feeding Program (PNAE) in Brazil and the Ghana's School Feeding Programme (GSFP) held in Ghana in the light of the principles of Food and Nutrition Security (SAN). The methodology combines elements of exploratory, descriptive and bibliographic review. The potential of the programs is to promote improvements in school feeding and synergistic effects on the production and expansion of markets for family farmers. Despite advances in food accessibility, domestic food production in Ghana is a bottleneck to ensuring food sovereignty. In Brazil, many municipalities, especially in the poorest regions of the country, have not been able to comply with current legislation. Nowadays, the main Brazilian challenge is to overcome the scenario of political uncertainty and economic fragility. South-South cooperation can be a means of enhancing the effectiveness of the GSFP by combining social technology used in Brazil with traditional Ghanaian structures. **Keywords** Food security, Public police; institutional markets.

Introdução

Apesar dos avanços tecnológicos e do crescimento da produtividade agrícola, a fome continua sendo um dos mais sérios problemas sociais no mundo. Os dados disponibilizados pelas Nações Unidas mostram que, em nível mundial, 815 milhões de pessoas estão subalimentadas. Em síntese, 11% da população mundial é vítima da fome (ONU, 2017).

Sendo assim, o acesso à alimentação adequada e saudável, constituído com um direito universal, é também um dos maiores desafios estatais, principalmente para os países em desenvolvimento. Nesse sentido, os programas governamentais de aquisição de alimentos, operacionalizados no âmbito dos mercados institucionais, surgem como alternativas para a superação das privações alimentares.

Algumas experiências desenvolvidas em países da África Subsaariana e da América do Sul tem buscado combater os constrangimentos sociais sob diferentes dimensões. Em especial, as políticas públicas vêm sendo orientadas à promoção da segurança alimentar, com ações para superação da fome e desnutrição, à promoção do desenvolvimento da agricultura, através da inserção de agricultores familiares nos mercados, dentre outras iniciativas intersetoriais e transversais.

À luz dos princípios da segurança alimentar e nutricional, o objetivo deste estudo consiste em analisar e comparar algumas especificidades e interrelações na dinâmica das políticas públicas de aquisição de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desenvolvido no Brasil, e o do *Ghana's School Feeding Programme* (GSFP), implementado em Gana. Busca-se evidenciar os pressupostos básicos que delineiam ambos os programas, com ênfase nos atores institucionais e nas particularidades da operacionalização.

Ademais, esta pesquisa pretende identificar elementos que possam ser compartilhados entre os dois programas, embora estes estejam assentados em contextos particulares, com diferentes graus de desnutrição da população atendida e conjuntura socioeconômica dotada de especificidades. Ressalta-se que estas nuances estão ajustadas à capacidade econômica, a demanda social e, principalmente, as particularidades socioculturais e de alimentação de cada país.

A metodologia adotada para realização deste estudo combina elementos exploratórios e descritivos, envolvendo em seus procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental. A estrutura do documento exibe, inicialmente, uma contextualização do suposto entendimento sobre a segurança alimentar e a estratégia brasileira para orientar as políticas sociais e econômicas no combate à fome e à pobreza. Posteriormente, discute-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar como instrumento para a política nacional de segurança alimentar e nutricional. Na sequência, são apresentados alguns elementos da cooperação Sul-Sul com ênfase nas compras para alimentação escolar realizadas no país de Gana. Por fim, expõem-se as principais considerações da pesquisa.

Especificidades e pressupostos da segurança alimentar: a experiência brasileira nos mercados institucionais

O termo segurança alimentar foi inicialmente proposto pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no período pós-guerra e, contemporaneamente, atende a distintas interpretações (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2012)¹. Segundo o documento

1 Também pode ser consultado, entre outros, Maluf (2010) e Sacco dos Anjos et al. (2005).

“Diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional” (FAO, 2015), a segurança alimentar ocorre quando “todas as pessoas têm, em todo momento, acesso físico e econômico a uma quantidade suficiente de alimentos seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades alimentares e preferências em relação aos alimentos a fim de levar uma vida ativa e saudável” (2015, p. 15).

Sendo assim, o fato de existir superávit na produção de alimentos não significa necessariamente que a população esteja em situação de segurança alimentar. Além dos aspectos relacionados à disponibilidade de alimentos e da sua qualidade nutritiva (dimensões alimentar e nutricional), a valorização de hábitos alimentares locais, formas de acesso e a preservação dos recursos naturais passam a ser condição elementar à segurança alimentar (MALUF, 2010). Isso significa incluir a sustentabilidade e a soberania ao conceito de segurança alimentar: a sustentabilidade por satisfazer as necessidades alimentares de curto prazo sem sacrifício aos recursos naturais; e a soberania, por conceder importância à autonomia alimentar, através da estabilidade de mercados e, principalmente, ao direito dos povos de definirem suas próprias táticas de produção, distribuição e consumo de alimentos (ARANHA, 2010; BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2012).

Vale destacar que a discussão sobre soberania alimentar, que entra em voga durante a Cúpula Mundial da Alimentação (CMA) em Roma, no ano de 1996, tratou a autonomia alimentar associada à geração interna de empregos e a redução de dependência externa, assim como fatores culturais no tocante dos hábitos alimentares (BELIK, 2003). Diante do exposto, presume-se que a segurança alimentar e nutricional está relacionada com a quantidade, a qualidade, o valor nutricional e a disponibilidade em que os indivíduos têm acesso aos alimentos. Este processo leva em consideração a cultura local e os hábitos alimentares, além da forma de produção e dos seus efeitos para o meio ambiente e para a saúde humana.

Destarte, a acessibilidade alimentar para os países mais vulneráveis é um objetivo a ser alcançado com políticas macroeconômicas, ou mesmo, por políticas compensatórias de fomento e transferência de renda, até atingirem a capacidade de soberanamente produzir e distribuir os alimentos de forma mais equitativa. No caso do Brasil, a questão da segurança alimentar converteu-se num debate acerca da intervenção estatal, qual tem como marco a criação do “Programa Fome Zero” com uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. O programa implementado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, transforma-se na principal estratégia governamental para orientar as políticas econômicas e sociais. Este programa visa assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos e, de forma genérica, tem a finalidade de contribuir para a erradicação da extrema pobreza (GRAZIANO DA SILVA, 2010).

Através da edição da Medida Provisória n. 103, no ano de 2003, que posteriormente foi convertida na Lei n. 10.683, foram criados o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Gabinete do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Estes órgãos foram responsáveis por implantar políticas estruturais, voltadas para as causas mais profundas da fome e da pobreza numa perspectiva de longo prazo, tais como: a reorganização fundiária e o acesso a políticas de fomento à produção da agricultura familiar. Ainda, observa-se a implementação de um conjunto de programas de caráter mais imediato, como a transferência direta de renda (bolsa-escola e bolsa família) e a distribuição de alimentos (TAKAGI, 2010).

Ademais, nos últimos anos, percebem-se outros mecanismos de intervenção do Estado brasileiro enquanto agente regulador e interlocutor de mercados alimentares. Em síntese, diz-se que a criação dos mercados institucionais deu-se pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O primeiro tem objetivo de “apoiar a comercialização agropecuária dos agricultores familiares, estimulando a produção de alimentos, e facilitar o acesso a esses alimentos pelas famílias em situação de insegurança alimentar” (ARANHA, 2010, p. 104). O segundo,

após sanção da Lei nº 11.947, no ano de 2009, além de determinar a alimentação escolar como um direito dos alunos da educação básica pública, estabelecer que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar local, criando um elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura local (FNDE, 2016)².

Ressalta-se que os mercados institucionais são programas que utilizam mecanismos de comercialização para favorecer a aquisição direta de produtos alimentícios de agricultores familiares. Os produtos alimentícios adquiridos podem ser utilizados para formação de estoque regulador ou podem ser doados para grupos sociais que vivem com dificuldades de acesso aos alimentos (caso do PAA), ou ainda, ser repassados às escolas para alimentação dos alunos (caso do PNAE). Ambos os programas têm objetivo de contribuir para a erradicação da extrema pobreza, reduzir a fome, fomentar a sustentabilidade, as agendas ambientais e sociais.

Para Becker et al. (2014), os mercados institucionais são instrumentos de intervenção do estatal que primam pela transversalidade e intersetorialidade incorporados gradativamente na agenda oficial do Estado brasileiro. Segundo os mesmos autores, a compra de alimentos dos agricultores familiares para suprir demandas das escolas e de instituições que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar “visam atuar simultaneamente em questões como a inserção sócio-produtiva, segurança e educação alimentar, geração de trabalho e renda, incentivo à agroecologia, etc.” (BECKER et al., 2014, p. 2). Nesta perspectiva, ressalta-se a importância da consolidação dos mercados institucionais, promovida pela ação estatal.

Evidencia-se que o processo de aquisição gêneros alimentícios da agricultura familiar é capaz de alavancar redes de comercialização locais e regionais, enquanto a distribuição nas escolas públicas busca promover segurança alimentar e nutricional para alunos do ensino básico. Segundo Aigbedion et al. (2012), os programas de alimentação escolar objetivam melhorar a qualidade e a eficiência da educação para crianças, tanto em países desenvolvidos como em países em via de desenvolvimento. Este objetivo pode ser alcançado, principalmente, pelo alívio da fome de curto prazo, permitindo assim que as crianças se concentrem melhor, além de motivar os pais a enviarem seus filhos para a escola regularmente.

Ademais, Graziano da Silva (2016) argumenta que há enormes custos humanos e econômicos associados à desnutrição, por estas razões os programas de alimentação escolar ganham relevância em países em desenvolvimento. Pesquisas apontam que existem impactos positivos destes programas sobre níveis de micronutrientes, na adequação da dieta dos adolescentes, e até mesmo a prevenção da obesidade.

Uma análise acerca dos antecedentes históricos e particularidades do desenvolvimento de programas inovadores, envolvendo refeições saudáveis nas escolas, foi elaborada no Painel Global³. Dentre as principais conclusões do evento, destaca-se a relevância do empenho político para o desenvolvimento de uma agenda *multiple-win*, para combinar refeições nas escolas com benefícios para a agricultura, educação e nutrição. Tal ênfase melhoraria o desempenho escolar, o emprego e o crescimento da economia nacional, fornecendo refeições escolares equilibradas que, ao longo do tempo, implicaria a melhoria no emprego e na renda. Nesse caso, pode ocorrer maior repercussão nas comunidades agrícolas locais, beneficiando famílias de agricultores, e a promoção de mercados locais sustentáveis para diversos alimentos nutritivos.

Globalmente muitos países dispõem de uma agenda legislativa⁴ com significativos avanços na

2 Art. 14. [...] deverão ser priorizados assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

3 O Painel global é um grupo influente e independente formado por especialistas com o compromisso de enfrentar os desafios globais na segurança alimentar e nutricional. O Painel Global está trabalhando para garantir que o acesso suporte sistemas agrícolas e alimentares para alimentos nutritivos em todas as fases da vida (GRAZIANO DA SILVA, 2016).

4 Nos Estados Unidos, por exemplo, a Lei Agrícola aprovada em 2014, incluiu disposições para melhorar as refeições nas escolas pelo aumento da utilização de alimentos locais e regionalmente produzidos, juntamente com atividades *hands-on* de aprendizagem, como a escola jardinagem, visitas a fazendas, aulas de culinária, e a integração de educação relacionada com a nutrição no currículo de sala de aula. Na Índia, quase 100 milhões de crianças, em 265.000 escolas, têm acesso gratuito a almoço equilibrado e nutritivo. A Ordem de 2001 do Supremo Tribunal Indiano, obriga o governo a fornecer refeições para todas as escolas primárias.

sinergia entre agricultura-educação-nutrição (GRAZIANO DA SILVA, 2016). Neste sentido, Gelliet et al. (2016) realizam uma abordagem genérica das áreas que podem ser beneficiadas com as intervenções alimentares nas escolas, por meio da participação dos agricultores familiares em mercados institucionais e apontam vantagens em diferentes segmentos: (a) na educação, com o aumento da escolarização e redução no abandono escolar; (b) na saúde, pelo melhoramento nutricional e cognitivo das crianças em idade escolar; (c) na agricultura, pelo apoio aos rendimentos dos agregados familiares beneficiários e das famílias de agricultores; (d) no desenvolvimento de pequenas empresas que estão vinculadas com todo o processo, desde a produção até o consumo final, como por exemplo, empregando cozinheiros e outros envolvidos na prestação de serviços alimentares.

Ainda, Gelliet et al. (2016) enfatizam que os benefícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que vem sendo executado no Brasil, geram uma espécie de reação em cadeia. Em suma, o programa promove-se múltiplos efeitos benéficos ao fornecer alimentação nutritiva nas escolas, ao melhorar as perspectivas de negócios para o setor agrícola local e ao possibilitar a valorização da agricultura familiar. Dentre os principais resultados da política, estão: i) a redução da fome; (ii) a melhora no desenvolvimento cognitivo dos estudantes; (iii) o aumento da frequência escolar; e (iv) o acesso a mercados e suporte para decisões de investimentos futuros na agricultura familiar.

Destarte, vale frisar que a obtenção do sucesso de programas como o PNAE depende da apropriada implementação do programa, da habilidade das comunidades em participar ativamente nos programas e do esforço das instituições públicas envolvidas (GELLI et al., 2016). Assim sendo, são importantes as pesquisas que possam identificar os gargalos e potencialidades da execução e alcance de ações desta estirpe.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil

O programa de merenda escolar brasileiro é relativamente antigo, foi criado em 1955 pelo Ministério da Educação (MEC) sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Alimentação (FNDE, 2017). Pode ser considerado um marco nas políticas públicas alimentares pela sua longa e ininterrupta história, abrangência do público atendido, pelo progresso e aperfeiçoamentos e, principalmente, pelas interfaces e intersectorialidade de seus objetivos (TRICHES, 2015, p. 181).

Em 1979 este programa passa a ser conhecido como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Embora seus objetivos estivessem alinhados aos da segurança alimentar e nutricional, sua operacionalização procedeu de forma centralizada até 1993. O governo federal, órgão gerenciador, planejava os cardápios, adquiria as mercadorias e era responsável pela distribuição da merenda escolar em todo o território brasileiro. A partir de 1994, com instituição da Lei 8.913, o processo passou a ser descentralizado. Desde então, os recursos financeiros são transferidos do governo federal para as Secretarias Estaduais de Educação, ao Distrito Federal e aos municípios, aos quais competem o atendimento aos alunos e a responsabilidade de aquisição de produtos alimentares regionalizados, com respeito aos hábitos e à vocação agrícola local (FNDE, 2017).

A consolidação desse programa vincula-se ao reconhecimento social da importância de uma alimentação adequada como direito humano e como condição da aprendizagem nas escolas. Assim, na Constituição Federal de 1988⁵, ficou assegurado o direito de alimentação escolar a todos os alunos do

5 O art. 208, VII da Constituição determina como dever do Estado, garantir, por meio de programas suplementares à educação, o atendimento ao aluno com material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

ensino fundamental, por meio do programa suplementar de alimentação escolar.

O caráter suplementar da alimentação escolar decorre do reconhecimento de que o PNAE supre, apenas parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. A Lei nº 11.947/2009 e da resolução nº 38/FNDE/2009, garante o programa como instrumento para a política nacional de segurança alimentar e nutricional ao regulamentar que no mínimo 30% das aquisições de alimentos para as escolas devem ser, preferencialmente, na forma de produção orgânica e provinda da agricultura familiar local ou regional⁶, e que os produtos orgânicos podem ser comercializados a preços prêmio de até 30% superiores aos valores monetários médios regionais.

A implementação da Lei nº 11.947 permite a incorporação de novos atores sociais, que dinamizam a oferta qualitativa de alimentos às escolas. Wittman e Blesh (2015) reiteram que essa Lei definiu o cenário para mudanças fundamentais no programa, o que afetou o setor da agricultura familiar. Vale ressaltar que a operacionalização dessa Lei preconiza o cumprimento de normas de composição de cardápios padronizados, priorizando a tradição, adaptando-se às preferências alimentares regionais. Porém, a inclusão de frutas e legumes frescos e a restrição do uso de alimentos processados com altos níveis de sódio e gordura nos cardápios das escolas é obrigatória.

A inserção dos produtos da agricultura familiar no PNAE exige que estes estejam organizados em associações ou cooperativas. Para tal, devem ser detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁷, distinguido em dois grupos: a DAP Física (agricultores familiares individualmente) e a DAP Jurídica (associações e cooperativas de agricultores familiares). Pauli et al. (2015) reforçam que o processo de comercialização ocorre com o auxílio de entidades articuladoras, que intermediam as negociações entre os agricultores familiares ou associações com as Entidades Executoras do programa. A publicação da demanda necessária das entidades beneficiárias consumidoras é realizada através de chamada pública, realizada pelas Entidades Executoras, divulgadas em jornais locais e murais públicos, e é de responsabilidade dos agricultores e suas cooperativas observarem os prazos de entrega estipulados pelas escolas.

Já o preço referência é estipulado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ou por meio de três orçamentos elaborados conforme pesquisa de mercado nas feiras de produtores familiares e no varejo do comércio local. Após os preços serem determinados, é realizado o projeto de venda, onde consta a identificação dos beneficiários fornecedores e dos produtos com a descrição do mecanismo de distribuição que é elaborado pela Entidade Executora. Após a entrega dos produtos no seu destino final, é assinado um termo de recebimento que atesta que o cronograma e as especificidades, como padrão de qualidade, exigidos no contrato, foram cumpridos (PAULI et al., 2015).

Assim sendo, considerando que o PNAE, nos seus desdobramentos mais recentes, confere à agricultura familiar um papel de destaque no contexto social e econômico do país, promove-se o desenvolvimento local e sustentável, uma vez que há o incentivo à aquisição de alimentos diversificados e sazonais, produzidos de forma a causar menores danos ambientais. Evidencia-se que, em 2014, foram adquiridos produtos no valor superior à 710 milhões da agricultura familiar. Este valor aponta para um aprimoramento da política pública, com compras crescentes nos últimos anos, conforme pode ser observado na tabela 1.

6 Sob a ótica do desenvolvimento rural, os programas de compras governamentais pretendem articular a produção e a demanda local criando um círculo virtuoso de crescimento para a agricultura familiar (BELIK, 2015, p. 200).

7 A DAP é um documento de identificação da agricultura familiar e é condição para que o agricultor familiar acesse as linhas de crédito do Pronaf e também outras políticas públicas do governo federal, como: Seguro da Agricultura Familiar (Seaf); Garantia-Safra; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Aposentadoria rural, etc.

Tabela 1 – Recursos financeiros do PNAE, alunos beneficiados e valor das aquisições da agricultura familiar

Período	Recursos financeiros do PNAE (bilhões de R\$)	Alunos Beneficiários (milhões)	Valor das aquisições da agricultura familiar (R\$)
2011	3,05	44,4	234.670.508,55
2012	3,31	43,1	366.611.838,48
2013	3,05	43,3	581.001.541,00
2014	3,69	42,2	711.282.907,50

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2017).

Destaca-se ainda que, desde 2011, os recursos financeiros destinados ao PNAE superaram a cifra de R\$ 3 bilhões anuais. O valor repassado pelo governo federal para estados e município para merenda escolar varia conforme a etapa e modalidade de ensino dos alunos. São destinados, por dia letivo, R\$ 1,07 (aproximadamente US\$ 0,34) por aluno de creches e em ensino integral; R\$ 0,53 (aproximadamente US\$ 0,17) por aluno da pré-escola e que frequenta o Atendimento Educacional Especializado no contraturno; R\$ 0,64 (cerca de US\$ 0,21) por aluno de Escolas indígenas e quilombolas; R\$ 0,32 (cerca de 0,10) por aluno da educação de jovens e adultos; e R\$ 0,36 (cerca de US\$ 0,12) por aluno de ensino fundamental e médio (FNDE, 2016).

Segundo análise de Triches et al. (2011), o PNAE estimula dois componentes básicos: o componente alimentar, relacionado à produção, disponibilidade e acesso aos alimentos; e o componente nutricional, relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica dos alimentos, assim como ao estado de nutrição da população. Nesse sentido, vinculam-se as políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e saúde do contingente de estudantes, e criam-se mercados institucionais para aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar.

Assim sendo, afirma-se que os resultados positivos das políticas públicas de segurança alimentar, com importante contribuição do PNAE, têm relegado ao Brasil o status de referência internacional. Contudo, mesmo que o programa possua uma trajetória expressiva, ainda há dificuldades para o cumprimento da legislação. Segundo dados do FNDE (2017), pouco mais de um terço dos municípios brasileiros cumpriram a legislação (Lei 11.947). A Região Sul e o Rio Grande do Sul são destaques positivos frente às demais regiões e a maioria dos estados.

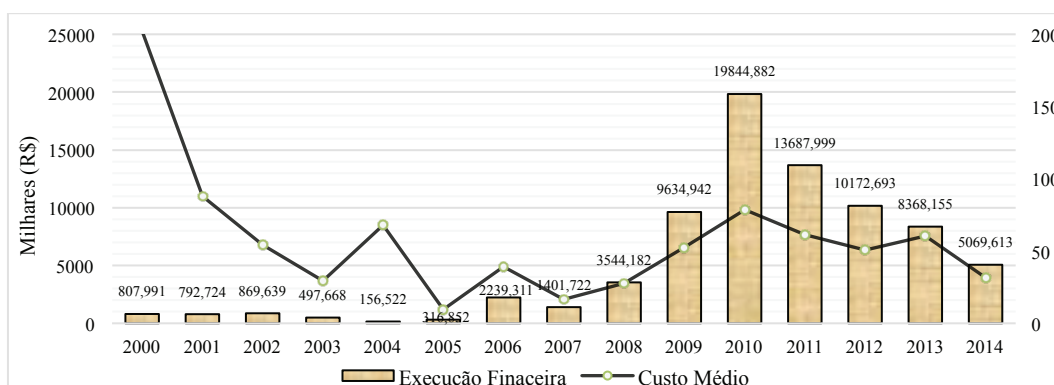
A próxima seção apresenta as diretrizes básicas de operacionalização do programa de alimentação escolar e os resultados alcançados mediante o modelo brasileiro, uma das principais referências para programas de alimentação escolar da África Subsaariana, adotado pelo país de Gana.

A cooperação Sul-Sul e o programa *Ghana's School Feeding Programme (GSFP)*

O Brasil tem se destacado frente à implantação de políticas relacionadas ao combate da fome e da pobreza. A estratégia de assegurar o direito humano à alimentação proporcionou reconhecimento ao Brasil no cenário internacional por ser detentor de experiências positivas em relação a tecnologias sociais sobre aos mercados institucionais. Milhorange (2013, p. 19) mostra que o ambiente institucional das políticas brasileiras para agricultura é transferido ao continente africano por meio dos projetos de cooperação. Inclusive, é possível observar diversas ações diplomáticas e acadêmicas com o objetivo de estabelecer um diálogo permanente entre o Brasil e países do continente africano. Após o ano de 2002 foram abertas e reativadas 19 embaixadas no continente africano, totalizando 37 embaixadas entre as 57 nações (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2017).

Diferentemente da visão estratégica dos governos anteriores, que priorizavam acordos de cooperação verticais Note-Sul, após 2002 houve um redesenho geopolítico na cooperação internacional, convergindo ações para construção de alianças entre os países do hemisfério Sul. O reflexo dessa opção política pode ser observado na execução financeira e no número de projetos de cooperação firmados entre o Brasil e a África (Figura 1).

Figura 1 - Execução financeira e projetos de cooperação técnica Sul-Sul do Brasil

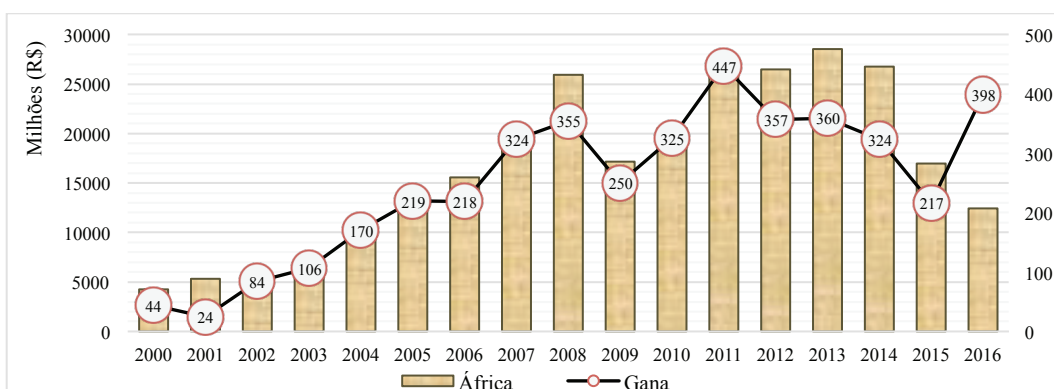


Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (2017).

O auge da execução financeira aconteceu no ano de 2008 com R\$ 19.844.882,00 distribuídos em 253 projetos com valor médio de R\$ 78.438,00. A partir da análise das informações contidas na Figura 01, conclui-se que aumentou substancialmente o aporte de recursos para a cooperação entre o Brasil e a África, especialmente entre os anos 2000 e 2010. Destaca-se que no de 2000 haviam apenas 4 projetos em execução, ambos com valor médio superior a R\$ 200.000,00. Já nos anos 2008 e 2014, o número de projetos chega a 253 e 161, respectivamente. As áreas da agricultura (19%), saúde (16%), Segurança Pública e Educação com (11%) somam 57% da cooperação técnica realizada entre o Brasil e o Continente Africano (ABC, 2017).

O comércio exterior com o continente africano também se expandiu nos últimos anos. A relação do volume de recursos brasileiros comercializados com a África, em relação ao resto do mundo, passou de 3,8% no ano de 2000 para mais de 7% em 2007, recuando para 3,8% em 2016. Contudo, mesmo que a relação proporcional entre 2000 e 2008 seja a mesma, o valor em termos absolutos triplicou. As relações comerciais com o país de Gana, por exemplo, representavam pouco mais de 1% de todas as das relações comerciais mantidas entre o Brasil e a África no ano de 2000, sendo que em 2014 esta proporção representava cerca de 3% (Figura 2).

Figura 2 – Evolução das relações comerciais entre o Brasil, África e Gana



Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (2017).

A cooperação técnica brasileira e africana é um importante instrumento de desenvolvimento das questões estruturais destes países, como no caso do apoio governamental para o acesso de agricultores familiares aos mercados institucionais. O PAA África, um programa orientado para promover segurança alimentar e geração de renda para agricultores, desenvolve parcerias entre Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal, conta com a experiência técnica e operacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

No caso da África Subsaariana houve uma difusão entre diversas políticas públicas, inspiradas no modelo de mercados institucionais do Brasil (PAA e PNAE). O próprio Programa de Aquisição de Alimentos África (PAA África), que iniciou em 2012, abrangendo 10 países, consiste em diversos projetos-piloto para a criação de mercados institucionais de agricultura familiar em diferentes macrorregiões africanas (FORNAZIER, 2014).

Quadro 1 - Acordos de cooperação entre Brasil e Gana na área de segurança alimentar e agricultura

<p>i. Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana <i>Vigente desde 15/07/1975.</i> Primeiro acordo que cita o campo da agricultura como meio de integração entre os dois países, vislumbrando ainda visitas técnicas mútuas e treinamentos de oficiais.</p>
<p>ii. Acordo sobre Criação de Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana <i>Vigente desde 12/07/1988.</i> Criação de comissão mista nos dois países para definir a orientação devida para que os objetivos do presente Acordo sejam atingidos, especialmente em matéria de cooperação econômica, comercial, financeira, científica, tecnológica, técnica e cultural.</p>
<p>iii. Memorando de Entendimento para Instalação do Escritório Regional da EMBRAPA na África, em Acra <i>Vigente desde 26/04/2006.</i> Prevê a instalação do Escritório Regional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária na África, na capital de Gana, Acra.</p>
<p>iv. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e Gana para Implementação do Projeto “Procedimentos Laboratoriais em Biotecnologia e Manejo de Recursos Genéticos Aplicados à Agrobiodiversidade da Mandioca em Gana” <i>Vigente desde 19/04/2008.</i> Tem por objeto a implementação do Projeto "Procedimentos Laboratoriais em Biotecnologia e Manejo de Recursos Genéticos Aplicados à Agrobiodiversidade da Mandioca em Gana", cuja finalidade é: a) capacitar técnicos e pesquisadores ganenses em procedimentos laboratoriais voltados à biotecnologia e ao manejo de recursos genéticos, e b) elaborar manuais para procedimentos laboratoriais em testes de biotecnologia e manejo de recursos genéticos.</p>
<p>v. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e Gana para Implementação do Projeto “Desenvolvimento das Plantações Florestais em Gana” <i>Vigente desde 19/04/2008.</i> Tem por objeto a implementação do Projeto "Desenvolvimento das Plantações Florestais em Gana", cuja finalidade é capacitar pesquisadores, técnicos e especialistas florestais ganenses em planejamento do ciclo de plantações florestais, melhoramento genético, Sistema de Informação Geográfica aplicado ao desenvolvimento de plantações florestais e técnicas de silvicultura.</p>
<p>vi. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e Gana para Implementação do Projeto “Desenvolvimento das Bases para o Estabelecimento da Agricultura de Energia em Gana” <i>Vigente desde 19/04/2008.</i> Tem por objeto a implementação do Projeto "Desenvolvimento das Bases para a Criação da Agricultura de Energia em Gana", cuja finalidade é: a) apresentar o Programa Brasileiro de Biocombustíveis às autoridades ganenses; b) avaliar o potencial para a produção de cultivos para biocombustíveis em Gana, e c) capacitar profissionais ganenses em sistemas de produção de cultivos para biocombustíveis.</p>
<p>vii. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para a Promoção da Cooperação Sul-Sul Relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar <i>Vigente desde 03/12/2010.</i> Estabelece um programa de parceria com vistas a incentivar a cooperação técnica que contribua para a promoção</p>

Fonte: Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2017).

Vale ressaltar que o intercâmbio baseado na “Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento”⁸ articula países a compartilhar conhecimentos e discutir alternativas no que se refere à segurança alimentar e agricultura. No caso particular de Gana⁹, observa-se que há quatro décadas vêm desenvolvendo parcerias estratégicas no que se refere à agricultura e segurança alimentar com o Brasil. Contudo, foi a partir do ano de 2006 que os acordos de construção de reciprocidades entre o Brasil e Gana se destacam (Quadro 1).

A cooperação Sul-Sul entre estes dois países funciona como um projeto ou dotação “guarda-chuva” que viabiliza a inserção de todos os acordos de cooperações técnicas e científicas na área de segurança alimentar e agricultura, bem como, transferência de tecnologia, firmados entre o Brasil e Gana. A potencialidade desses programas é ampla, com destaque em duas áreas: saúde humana e agricultura. Nessas áreas, o *Ghana’s School Feeding Programme* (GSFP), programa de alimentação escolar utilizado como redes de segurança, ou para fins de proteção social, com suas diretrizes fundadas no programa *Home-Grown School Feeding* (HGSF)¹⁰, norteia as demais propostas de alimentação escolar para toda África subsaariana. Segundo Fornazier (2014) o “*Ghana School Feeding Programme*”, envolve os setores de Agricultura, Saúde e Educação e possui três objetivos principais: (a) reduzir a fome e a desnutrição; (b) aumentar a matrícula escolar, frequência e retenção; e (c) impulsionar a produção doméstica de alimentos.

O detalhamento do processo operacional do GSFP ocorre da seguinte maneira: a prestação de serviços é executada por fornecedores privados, que são adjudicados por contratos pela GSFP para adquirir, preparar e servir alimentos para os alunos das escolas alvo. Cada fornecedor é responsável por adquirir itens de alimentos do mercado, preparar as refeições escolares e pela distribuição de alimentos aos alunos. As transferências monetárias são efetuadas a partir das assembleias distritais, sob a supervisão das comissões distritais de execução (CIM), a estabelecimentos de restauração com base em 40 Pesewas (moeda de Gana que corresponde a cerca de US\$ 0,33) por criança por dia. Os fornecedores não estão autorizados a servir mais do que três escolas (GELLI et al., 2016).

Vale ressaltar que no GSFP a supervisão em nível da escola é efetuada pelo Comitê Escolar de Implementação (SIC) e os fundos são distribuídos nos estabelecimentos a cada duas semanas. O armazenamento é de responsabilidade do fornecedor e sem processo de licitação rígida. O documento do projeto GSFP prioriza aquisição da comunidade do entorno das escolas assistidas, ampliando o foco para o distrito e em nível nacional quando os itens de alimentos não estão disponíveis Gelliet al. (2016).

O governo ganês passou a apoiar a aquisição de alimentos para as escolas de agricultores locais, a partir de 2005. Neste ano, participaram 10 escolas, no final do ano seguinte passou a 598 escolas, atendendo 234.800 alunos. No ano seguinte mais um salto, 2008 passou a contar com 957 escolas beneficiando 408.989 alunos diariamente. Em outubro de 2009 22% de todos os alunos das escolas primárias foram beneficiados. Os reflexos foram imediatos, a fração de aumento no número de matrículas nas escolas no ano de 2007 foi superior a 13% (GHANA SCHOOL FEEDING PROGRAMME, 2010).

Segundo Gelli et al. (2016), em três anos de pesquisa específica em Gana, na qual foram abrangidas 116 escolas primárias em 58 distritos deste país, verificaram o impacto simultâneo de um programa nacional de alimentação escolar sobre o estado de nutrição, educação e agricultura local. Segundo o levantamento, o *Ghana’s School Feeding Programme*, em 2011, atingiu mais de 1,6 milhões de crianças da escola primária em todos os 170 distritos de Gana. Este programa é visto pelos autores como uma intervenção complexa, concebido como uma estratégia para aumentar a produção alimentar doméstica, a renda familiar e a segurança alimentar em comunidades carentes. Os objetivos da estratégia combinam as áreas de educação e nutrição infantil, juntamente com produção doméstica de alimentos.

8 Uma forma de organização entre os países do Sul global com o objetivo de aumentar o poder de barganha dentro do cenário mundial.

9 Fornazier (2013, p. 61) mostra que o exemplo de Gana é mais discutido na literatura, porém outras iniciativas de mercados institucionais passaram a ser implementadas no continente africano, principalmente tendo como referência os programas brasileiros de compras governamentais.

10 É um programa empenhado para vincular programas de alimentação escolar com a produção local de agricultores familiares, em que, Brasil, Gana, Índia e Tailândia se destacam.

O objetivo do plano era adquirir 80% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar. Os dados disponíveis não são confiáveis, embora e acredita-se que esse percentual não tenha sido atingido, variando entre 20% (na região oriental) e 50% nas demais regiões do país (GHANA SCHOOL FEEDING PROGRAMME, 2010). O envolvimento de agricultores familiares e os mercados com “demanda estruturada” torna menos arriscada e mais lucrativa a atividade agropecuária, além de permitir que estes produtores se insiram em uma variedade de programas (formação, crédito e acesso à tecnologia). A aquisição de alimentos para programas de proteção social, a exemplo da alimentação escolar, pode ser essencial ao início de um processo de transformação fundamentado no mercado (SUMBERG; SABATES-WHEELER, 2011).

Segundo informações da FAO sobre disponibilidade e acessibilidade alimentar de Gana, conta-se que a disponibilidade total aumentou 29,5% em 17 anos, o suprimento energético decresceu, e o suprimento de proteínas per capita/dia aumentou em 26,9 %. As informações quantitativas expressam, que o aumento da oferta alimentar per capita não é capaz de explicar o crescimento expressivo da acessibilidade alimentar (Tabela 2).

Tabela 2 - Indicadores de disponibilidade e acesso a alimentos no país de Gana

Fatores de análise	Período	
	1990 -1992	2007 -2009
	Disponibilidade alimentar (%)	
Índice médio de adequação da oferta alimentar	91	129
Valor da produção de alimentos (dólar per capita)	172	254
Suprimento energético (cereais, raízes e tubérculos)	68	64
Suprimento de proteína (grama /per capita/ dia/médio)	43	59
	Acesso inadequado aos alimentos (%)	
Prevalência de subnutrição	40,5	5,8
Profundidade do déficit alimentar	294	35
Prevalencia de inadequação alimentar	19,5	13,0

Fonte: Elaborado com dados da FAO (*Statistical Yearbook*, 2012).

Os dados da FAO revelam também, que a subnutrição e profundidade do déficit alimentar reduziu vertiginosamente no mesmo período analisado. Essa realidade não pode ser explicada somente pelo aumento da oferta interna de alimentos, o que corrobora a dependência de Gana, à necessidade de ajuda externa. Assim, os resultados da Tabela 2 demonstram que os avanços obtidos pela produção alimentar interna devem ser reforçados e, a ajuda externa para obtenção de alimentos ainda é necessária. É urgente e necessário a promoção de projetos estruturantes com o desenvolvimento de tecnologias adequadas. A produção de produtos orgânicos e agroecológicos, são ações necessárias para garantir alimentos saudáveis para a população de Gana, e para permitir que nos médio e longo prazos o país, não apenas reduza a dependência externa, mas que enfatize a produção local objetivando uma produção de alimentos “frescos” e adequados aos hábitos alimentares locais.

Os principais desafios em vincular agricultura nos moldes supra expostos, ao programa GSFP, segundo Gelli et al. (2016) são: a) Incompatibilidade de fluxo de caixa: os agricultores precisam de dinheiro assim que eles colhem. Os fornecedores recebem o dinheiro depois de servir as crianças; b) Falta de confiança entre agricultores e fornecedores (especialmente para pagamentos futuros): os agricultores não confiam em fornecedores para entregar o alimento para pagamento posterior. Pagamento inconsistente do governo pioram suas percepções; c) Dificuldade para os fornecedores no acesso aos agricultores: nenhuma informação do contato, difícil acesso, amplamente espalhados, diversas interações necessárias; e d) estrutura no local deficiente para facilitar as negociações entre fornecedores e agricultores. Vale ressaltar que essas conclusões foram documentadas em estudos anteriores, realizados em 2012, nos

quais foi identificada a necessidade estratégica participativa, vinculando os agricultores ao programa.

Desta forma, observa-se a complexidade dos programas de compras para a alimentação escolar, já que diversos fatores interferem para que os programas sejam bem sucedidos. Tal complexidade do processo perpassa pelos setores de produção na agricultura familiar, distribuição, e no caso da África Subsaariana e Gana, pelos fornecedores de alimentos das escolas e pelos gestores dos programas. Deve-se considerar, ainda, a logística envolvida nas negociações, no acesso aos agricultores e no transporte dos produtos.

O país de Gana foi um dos primeiros a implementar o modelo e tornou-se o exemplo emblemático de HGSF para os países vizinhos (SONINO; SPQYDE; ASHE, 2016, p. 315). Esses autores mostram que no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, Gana atingiu resultados positivos na equidade social e na redução pela metade dos índices de pobreza extrema, mas que ainda vem crescendo a desigualdade de gênero e de alfabetização de mulheres e homens.

Considerações finais

As políticas públicas PNAE no Brasil e HGSF na África subsaariana, incorporam os princípios da segurança alimentar, cujos pressupostos, a partir de 1996, passaram a enfatizar a qualidade da produção de alimentos. Os mercados institucionais são impulsionados pelos governos e utilizados estrategicamente na promoção de desenvolvimento das regiões rurais e, em ambos os países, vem ocorrendo a partir de uma conexão entre a produção e o consumo de alimentos, promovendo melhoria da alimentação escolar.

Os avanços proporcionados pela criação dos mercados institucionais são inegáveis, tanto no Brasil, que parecia ter um projeto consolidado e que agora vive dias de angústia causados pela instabilidade política e econômica. Em Gana, os efeitos do programa HGSF são ainda mais impactantes. A repercussão pode ser observada no aumento da produção agrícola, geração de renda para os agricultores, redução da desnutrição, crescimento no número de estudante na escola, melhorias das instalações sanitárias, na disponibilidade de água potável das escolas, entre outras.

As análises de casos dos programas de alimentação escolar em Gana e no Brasil reforçam o empenho dos governos em promover políticas públicas multissetoriais e auxiliam no entendimento da complexidade desses diferentes programas. Especificamente, tais programas mostram formas alternativas de aplicabilidade de compras públicas. Isso demonstra que as políticas públicas de aquisição de alimentos podem se adequar as diferentes particularidades de cada país, mostrando-se como possível peça-chave na realização da segurança alimentar e de políticas com enfoque na agricultura familiar.

O PAA África tem trabalhado com agricultores de pequena escala para apoiar a sua produção de forma sustentável e, com a liderança técnica da FAO, tem reforçado alterações e capacidades substantivas na produção de alimentos, embora a população em geral, em especial os agricultores, ainda estejam vulneráveis à insegurança alimentar. A África Subsariana conta com quase a metade de sua população com níveis de extrema pobreza e o HGSF constitui-se em um programa que faz parte de um esforço global de erradicação da fome e da desnutrição, tendo apresentado significativos avanços e sendo fundamental para uma estratégia de cooperação horizontal entre os diferentes países em situação de desenvolvimento. Verifica-se que o HGSF atua na consolidação da agricultura familiar, o que ajuda a promover o fortalecimento interno e o desenvolvimento agrícola o que deverá reduzir à dependência de importações de alimentos.

Finalmente, verificou-se que no Brasil o fomento público com recursos financeiros e a ênfase na gestão dos recursos são decisivos para uma maior participação dos agricultores familiares no PNAE. Na África Subsaariana e, especialmente em Gana, tais requerimentos são igualmente importantes, contudo a curto e médio prazo, a cooperação internacional é fundamental. Sobretudo a cooperação Sul-Sul, por ser um dispositivo que combina tecnologia social utilizada no Brasil às estruturas tradicionais de Gana.

Referências Bibliográficas

- AIGBEDION et al. *Osun State Home Grown School Feeding Program Improving Sustainability through Increased Local Farmer Participation*. Ed. Partnership for ChildDevelopment. 2012 p.44.
- ARANHA, A. V. Um projeto transformado em estratégia de governo. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. *Fome Zero: a experiência brasileira*. Brasília: MDA, 2010.
- BECKER, C; SACCO DOS ANJOS, F.; DAL MOLIN, L. H. Uma aproximação entre mercados institucionais e a abordagem das capacitações em duas regiões gaúchas. In: 7º ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2014, *Anais ...* Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa27-aproximacaomercadosinstitucionais-abordagemcapacitacoes.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- BELIK, W. *Segurança Alimentar: A Contribuição das Universidades*. 1. ed. São Paulo: Instituto Ethos, 2003. 88 p.
- _____. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, p. 12 - 20, 2003.
- BRASIL. *Lei n. 11.326/2006, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.
- _____. *Lei n. 11.947/2009, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica, altera a lei n° 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da medida provisória n° 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a lei n° 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em 11 set. 2016.
- _____. Ministério Da Educação. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. Ministério da Educação. *Resolução/CD/FNDE N° 38, de 16 de julho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8166-res038-16072009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 set. 2016.
- _____. *Relatório de Gestão do Exercício de 2015*. Companhia Nacional de Abastecimento. Conab-sede. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_21_11_42_24_relatorio_de_gestao_2015_-_conab.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016
- DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (Comp.). *Sistema de Atos Internacionais*. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2017.
- CASTRO, J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Antares, 1980.
- FORNAZIER, A. *Inserção de produtores rurais familiares de regiões com baixa dinâmica econômica para o mercado da alimentação escolar*. Campinas 2014, p 200. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286497/1/Fornazier,%20Armando_D.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). PNAE. *Consultas*. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas>. Acesso em: 04 mar. 2017.
- _____. *Sobre o PNAE*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/>>

- alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em: 15 de set. 2016.
- _____. *Execução*. Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-funcionamento/execu%C3%A7%C3%A3o-alimentacao>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- _____. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>> Acesso em: 05 fev. 2017.
- GHANA SCHOOL FEEDING PROGRAMME. *Annual Operating Plan*. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/GSFP%202010%20AOP%20JAN%20%2010%202010%20.pdf. Acesso em: 12 de set. 2017.
- GELLI, A. et al. Evaluation of alternative school feeding models on nutrition, education, agriculture and other social outcomes in Ghana: rationale, randomised design and baseline data. *Journals Trials*, v. 17, 2015.
- GIL, A. C. *Técnicas de pesquisa em economia*. 2 ed. Editora Atlas S.A. São Paulo, 1995.
- GOMES JUNIOR, N. N.; ALMEIDA FILHO, N. Segurança Alimentar e Nutricional como Princípio Ético Social de Orientação de Políticas Públicas Nacionais. In: ALMEIDA FILHO, N. RAMOS. P (Org) *Segurança Alimentar: Produção Agrícola e Desenvolvimento Territorial*. Campinas: Editora Alinea, 2010, p. 17-28.
- GRAZIANO DA SILVA, J., et. al. *Healthy Meals in Schools: Policy Innovations Linking Agriculture, Food Systems and Nutrition*. Policy Brief. London. 2015UK: GLOBAL PANEL ON AGRICULTURE AND FOOD SYSTEMS FOR NUTRITION, 2015. Disponível em: <<http://glopan.org/sites/default/files/HealthyMealsBrief.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- MALUF, R. S. O Consea na construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. *Fome Zero: a experiência brasileira*. Brasília: MDA, 2010.
- MILHORANCE, C. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*, v. 56, n. 2, p. 5-22, 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *Diretrizes Voluntárias* (FAO), 2015, p 52. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/b-y7937o>>. Acesso em: 04 de mar. de 2017.
- PAULI, R. I. et. al. *Dynamics of the National School Feeding Programme at state schools in the city of Santa Maria-RS*. Second International Conference on Agriculture in an Urbanizing Society: Reconnecting Agriculture and food chains to societal Needs. Roma, p 20, 2015. Disponível em: <<https://app.box.com/s/8hi1skt5loe5n4ccdgn2q6m4x4wm88uv/1/481192272941551581946/1>> Acesso em: 13 dez. 2016.
- PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ÁFRICA. *RELATÓRIO DE RESULTADOS E APRENDIZADOS DA FASE I*, p.24, 2015 Disponível em: <<http://paa-africa.org/pt/wp-content/uploads/sites/6/2015/01/Relatorio-fase-1-PTFINAL.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- SUMBERG, J.; WHEELER, R. S. Linking agricultural development to school feeding in sub-Saharan: Theoretical perspective. *Institute of Development Studies*, Brighton, 2011
- TRICHES, M. R.; FROELICH, E.; SCHNEIDER, S. Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar no município de Dois Irmãos, RS. In: SCHNEIDER, S.O; GAZOLLA, M. (Org). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas locais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 253-267.
- TAKAGI, M. A implantação do programa Fome Zero em 2013. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. *Fome Zero: a experiência brasileira*. Brasília: MDA, 2010.
- WITTMAN, H.; BLESCH, J. Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Food Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil, *Journal of Agrarian Change*, v. 17, 2015.